



DIREITO AERONÁUTICO

ORGS.

ALESSANDRO AZZI LAENDER
SÉRGIO LUÍS MOURÃO
JULIANO VELOSO
LEITE E SILVA



DIREITO
AERONÁUTICO

DIREITO AERONÁUTICO

ORGS.

ALESSANDRO AZZI LAENDER

SÉRGIO LUÍS MOURÃO

JULIANO VELOSO
LEITE E SILVA



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Os autores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Tales Leon de Marco

Diagramação
Barbara Rodrigues
Enzo Zaqueu Prates

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Direito Aeronáutico. LAENDER, Alessandro Azzi; MOURÃO, Sérgio Luís; SILVA, Juliano Veloso Leite e. [Orgs.] -- 1 reimp. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-8425-866-6

1. Direito. 2. Direito Internacional. I. Título.

CDU341

CDD341.1/342.3

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Prefácio	11
<i>Ozires Silva</i>	
Apresentação	15
<i>Sérgio Luís Mourão</i>	
<i>Alessandro Magno Azzi Laender</i>	
Parte I: Parte Geral	17
1. História da Aviação	19
<i>Roberto José Faria de Gusmão</i>	
2. Direito Aeronáutico: linhas gerais	31
<i>Juliano Véloso Leite e Silva</i>	
Parte 2: Sistemas de Aviação e Segurança de Vôo	47
3. O Direito Aeronáutico Contemporâneo e o Sistema de Aviação Civil	48
<i>Antônio José e Silva</i>	
4. O SIPAER Sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos brasileiro	69
<i>Roberto José Faria de Gusmão</i>	
Parte 3: Direito Aeronáutico Internacional	83
5. Direito Aeronáutico Internacional e Segurança da Aviação (Aviation Security)	85
<i>Paulo M. Calazans</i>	

- 6. A lei do abate e o espaço aéreo brasileiro.....131**
Natasha Silva de Gusmão
- 7. A Organização da Aviação Civil Internacional
- OACI e a Polícia Federal - PF.....159**
Filippi Pecoraro
- 8. Categoria de registro de aeronaves:
uma abordagem no direito comparado.....177**
Juliana Sozinho Ferreira Kraft

**Parte 4: Direito Aeronáutico e
Direito do Consumidor 189**

- 9. A responsabilidade do transporte aéreo internacional
de passageiro em face do código de defesa do
consumidor e as convenções internacionais.....191**
Sergio Cavalieri Filho
- 10. A primazia do Sistema Varsóvia responsabilidade
civil sobre o código de defesa do consumidor
em transporte aéreo internacional.....217**
Fábio Anderson de Freitas Pedro

Parte 5: Direito Aeronáutico e Direito Penal 239

- 11. Passageiros indisciplinados crimes e sanções.....241**
Marcelo Honorato
- 12. A criminalização dos acidentes aeronáuticos.....267**
Roberto José Faria de Gusmão
- 13. A dualidade da investigação dos
acidentes aeronáuticos no Brasil.....283**
Etvan Geraldo Fonseca
- 14. Investigação de acidentes aeronáuticos.....311**
Daniel Celso Calazans (Professor Kalazans)
- 15. A confidencialidade no processo de
investigação de acidentes aeronáuticos à
luz da supremacia do interesse público.....327**
Fábio Anderson de Freitas Pedro

16. Corresponsabilidade na formação de pessoal para aviação civil.....	353
<i>Kerley Oliveira</i>	
Parte 6: Direito Aeronáutico e Direito Administrativo	367
17. O Direito Aeronáutico e o Direito Administrativo.....	369
<i>Adriana Freisleben de Zanetti</i>	
18. Concessão de aeroportos federais: regime jurídico, processo licitatório e aspectos da política pública.....	399
<i>Gustavo Carneiro de Albuquerque</i>	
19. Desafios do Direito Aeronáutico nas Concessões de Aeroportos.....	477
<i>Hilton Gordilho Teixeira de Freitas</i>	
<i>Mariana Drumond Andrade.</i>	
<i>Camila Drumond Andrade.</i>	
<i>Douglas Almeida</i>	
20. A prática fiscalizatória na aviação civil-novo paradigma.....	499
<i>Sergio Luís Mourão</i>	
<i>Alessandro Magno Azzí Laender</i>	
21. ANAC – agência reguladora.....	507
<i>Fábio Gomes Sousa</i>	
22. Princípios constitucionais e sua eficácia contra ilegalidades cometidas pelos órgãos aeronáuticos.....	521
<i>Jackson Wesley Valério</i>	
23. Aviação de Segurança Pública e o Direito Aeronáutico Brasileiro.....	547
<i>Eduardo Alexandre Beni</i>	
Parte 7: Direito Aeronáutico e Direito Tributário	571
24. Principais discussões tributárias envolvendo o setor aeronáutico - Análise Jurisprudencial.....	573
<i>Alessandro Mendes Cardoso</i>	
<i>Anthéia Aquino Melo</i>	

25. Aspectos operacionais e tributários das importações de aeronaves arrendadas por empresas de transporte aéreo não-regular – na modalidade de táxi aéreo.....599

Margherita Coelho Toledo

Vitor Sudano Ferreira

Parte 8: Direito Aeronáutico e Direito do Trabalho 619

26. Direito do trabalho aeronáutico e a aposentadoria especial do aeronauta.....621

Delphina Ferreira da Silva

27. O gerenciamento da fadiga das tripulações aeromédicas e a jornada de trabalho.....629

Wagner Cláudio Teixeira

28. A falência do exercício da profissão dos pilotos nacionais: Uma política em questão.....647

Aline Pereira Batista

Laura Daphine Horta Cunha

Parte 9: Direito Aeronáutico e Direito Civil e Empresarial 665

29. Peculiaridades do seguro aeronautico.....667

Juliana Salicio Lafore

30. A responsabilidade civil no transporte aéreo e sua aplicação na segurança de voo.....685

Priscila Dower Mendizabal

Cláudia Barreto Fernandes

31. Limites legais ao capital estrangeiro em empresas aéreas.....695

Ricardo Alvarenga

Fernanda de Oliveira Silveira

Parte 10: Direito Aeronáutico e Direito Ambiental 725

32. “Meio Ambiente Contemporâneo” e “Direito da Humanidade e dos Seres Vivos”.....727

Carla Fabiana Melo Martins

Parte 11: Direito Aeroespacial	753
33. O espaço exterior, a lua e os corpos celestes em sua dimensão universal	755
<i>Mário Antônio Conceição</i>	
34. O sensoriamento remoto, a espionagem e o paradigma <i>man's house is his castle</i>	771
<i>Mário Antônio Conceição</i>	
Parte 12: Novas Tendências da Indústria da Aviação	793
35. As novas tendências da indústria aeroespacial	795
<i>Roberto José Faria de Gusmão</i>	
36. A próxima grande transformação da aviação mundial e os desafios de sua regulação	811
<i>Marcelo Ceriotti</i>	
37. Aspectos legais relativos ao uso de drones/RPA'S	827
<i>Oscar Purcino Perez</i>	
Parte 13: Direito Aeronáutico e Aduana	841
38. Aspectos aduaneiros na importação de aeronaves: breves considerações	843
<i>Fernando Pieri Leonardo</i>	
Parte 14: Compliance Aplicado à Aviação Civil	873
39. Aspectos internacionais do compliance e a aviação civil	875
<i>Claudio Carneiro</i>	
Autores	891

Prefácio

Dirijo-me aos milhares, ou milhões, de aficionados pela Aviação que, ao longo de anos de dedicação, nas mais diferentes especialidades, diretas e indiretas, que tecnicamente formados por anos de aprendizado fazem os aviões voarem, prestando significativos serviços ao mundo e ao Brasil, este país imenso, continental, que precisa da Aviação, como atributo absolutamente essencial para seu progresso e desenvolvimento.

Um dos grandes sonhos da humanidade sempre foi o de voar, e através dos céus desbravar o mundo. Em 1906 o inventor brasileiro **Alberto Santos Dumont** criou a aeronave 14 BIS, testada em Paris, foi o primeiro objeto mais pesado que o ar a levantar voo sem auxílio de equipamentos de impulsão externos.

Após isto a humanidade não parou de evoluir no ramo da Aviação, a cada ano aeronaves mais velozes, com maior poder de carga e de prestação de serviços são criadas. Uma invenção que mudou o modo de viver do mundo. O homem não mais estava preso à terra. Tinha sido rompida a barreira entre o solo e o ar.

Hoje, aviões comerciais fazem com que a sociedade mundial esteja cada dia mais conectada entre si. Os níveis de pesquisas, em busca no campo infinito das inovações, cresceram e vêm crescendo, fazendo com que a humanidade venha a criar cada vez mais materiais, combustíveis e tecnologias de voo para que a distância entre as pessoas se torne menor. A aviação mudou o rumo de guerras, de negociações e da sociedade como um todo, ao transformar o que antes era impossível em algo comum hoje em dia. Voar hoje não é apenas um sonho, é uma realidade prática e temos de colocar mais facilidades para que ela sirva crescentemente a humanidade.

Estes foram os objetivos deste livro, os de mostrar a Aviação sob o peso da legislação, que, complexa, sempre emerge como necessária sob o louvável argumento da segurança do voo. Com a evidente proliferação dos desloca-

mentos aéreos criou-se uma estreita faixa de separação do que seja seguro e do que se constituam meras travas para estímulo e crescimento das facilidades para o uso das modernas máquinas de voo. O resultado, sobretudo no nosso país de hoje, são as preocupações de se tornar o voo cada vez mais difícil, ao contrário do que Henry Ford, nos Estados Unidos de 1904, retrucou para responder sobre o extraordinário crescimento da produção do seu automóvel, o FORD Modelo T: “*Um automóvel para cada pessoa*”!!!

É claro que o voo individual livre em todo o mundo é um novo sonho, embora ainda distante, pois as dificuldades para disciplinar o tráfego não podem ser superadas como se conseguiu para os carros terrestres, contando com os balizamentos das ruas e das estradas! Mas, por difícil que sejam os problemas, os entusiastas, os inovadores e mesmo o homem comum continuam a lutar e pensar, pois a Aviação vive de sonhos!

A burocracia estatal, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, tem funcionado como um real e pesado entrave à nossa civilização, ao nosso desenvolvimento socioeconômico, embora possamos aceitar o espírito do brasileiro no seu trabalho diário. No entanto, esse grave costume teve início nos tempos em que o Brasil foi colônia de Portugal. Tudo dependia da autorização da Coroa portuguesa para qualquer ação em nosso país. Quando D. João VI fugiu para o Brasil e aqui instalou o seu governo, os tempos foram, apenas, abreviados, mas a burocracia estatal ainda era um obstáculo quase que intransponível para a livre iniciativa e para os agentes públicos tomarem decisões rápidas e ágeis, que fossem necessárias. A nossa herança lusitana, nesse sentido, ainda é forte, em quase todos os governos – federal, estaduais e municipais, a começar pelo Distrito Federal, que sedia a nossa Capital.

Para abrir ou encerrar uma empresa, na maioria das nossas regiões metropolitanas, o processo leva a períodos de tempo que contrastam com os países desenvolvidos e em desenvolvimento, mais ágeis. Em passado recente um ministro tentou, em duas oportunidades, acabar ou reduzir drasticamente esse mal contagiante ou epidemia. Foi Hélio Beltrão (1916-1997), de saudosa memória. Exerceu o cargo de ministro do Planejamento, entre 1967 e 1969, e da Desburocratização, de 1979 a 1983. Sob a autoridade de ministro lançou várias ações desburocratizantes, começando com a ministração de cursos de desburocratização para os funcionários públicos federais, que poderiam ser estendidos aos Estados e Municípios, mediante convênios. Em sua administração o ministro Hélio Beltrão conseguiu aprovar simplificações usando o poder das Leis. Insistia que Administração Federal deveria “ser amplamente descentralizada e que as facilidades deveriam contar mais do que as restrições”.

Tudo foi revogado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E a burocracia voltou, cada vez mais voraz, afetando tudo e a Aviação não escapou. Basta que se leia este livro, objeto deste longo Prefácio, não é possível deixar de ver o nosso país longe da verdadeira revolução que ocorre no mundo

moderno, em outras praias. Claro que ninguém pode estar fora da Lei e, assim, vamos entender este livro, produzido com seriedade, sob a determinação de que temos um grande trabalho a fazer: o de construir um cenário da Aviação como algo seguro e tão livre quanto possível!

Finalizando, não podemos aceitar as palavras de Ayn Rand, escritora, dramaturga, roteirista e filósofa norte-americana de origem judaico-russa, mais conhecida por desenvolver um sistema filosófico:

“Quando você perceber que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influência, mais do que pelo trabalho, e que as leis não nos protegem deles, mas, pelo contrário, são eles que estão protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada, e a honestidade se converte em auto sacrifício; então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada”.

Ozires Silva¹
Julho de 2018

¹ Presidente, Conselho Estratégico, Grupo ÂNIMA de Educação

Apresentação

Estimado leitor, a presente obra foi idealizada pelos membros da Comissão de Direito Aeronáutico da OAB Seccional de Minas Gerais, comissão esta nascida em 2012, integrada por advogados militantes no Direito Aeronáutico, representantes de diferentes segmentos da aviação, tais como empresas aéreas, táxis-aéreos, aviação geral, prestadores de serviços aeromédicos, bem como escolas de aviação civil. Sua missão é apoiar o desenvolvimento do Direito Aeronáutico, fazendo-o em conjunto com órgãos oficiais, bem como às outras comissões de direito aeronáutico presentes nas numerosas seccionais da OAB, das quais destacamos a de São Paulo e a do Rio de Janeiro que apoiaram esta obra desde o início.

Escrito com muito carinho, este livro preenche um espaço ainda pouco explorado no direito brasileiro, ao abordar o Direito Aeronáutico em seus variados aspectos. Aqui se encontram 39 artigos divididos em 14 capítulos, escritos por expoentes desta parte legal da aviação civil, que permitirão ao prezado leitor uma visão bem estruturada do Direito Aeronáutico. Reuniram-se nesta obra, advogados, juízes, procuradores públicos, promotores de justiça, delegados de polícia, representantes dos órgãos reguladores da aviação, bem como pilotos de avião e helicóptero com larga experiência na carreira.

Pensada para auxiliar tanto aos profissionais do direito quanto aos da aviação, esta obra aborda temas ligados à prestação de serviços aéreos, à interdisciplinaridade com outros ramos do direito, aos contratos sobre aeronaves, empresas aéreas, aeroportos, bem como aos tratados e convenções internacionais de aviação civil, sem deixar de lado as questões do dia a dia dos colegas ligados diretamente à atividade aérea, tais como a regulamentação dos aeronautas, infrações e o futuro da profissão.

Em nome da Comissão de Direito Aeronáutico da OAB-MG, agradecemos a todos os autores que dedicaram seus esforços na construção desta obra

e em especial a você leitor, razão da existência deste livro, a quem desejamos uma ótima leitura e que lhe agregue ainda mais conhecimento.

Sérgio Luís Mourão

Presidente da Comissão de Direito Aeronáutico da OAB-MG

Alessandro Magno Azzi Laender

Vice-Presidente da Comissão de Direito
Aeronáutico da OAB-MG

“[...] este livro preenche um espaço ainda pouco explorado no direito brasileiro, ao abordar o Direito Aeronáutico em seus variados aspectos. Aqui se encontram 39 artigos divididos em 14 capítulos, escritos por expoentes desta parte legal da aviação civil, que permitirão ao prezado leitor uma visão bem estruturada do Direito Aeronáutico. Reuniram-se nesta obra, advogados, juízes, procuradores públicos, promotores de justiça, delegados de polícia, representantes dos órgãos reguladores da aviação, bem como pilotos de avião e helicóptero com larga experiência na carreira. [...]”

SÉRGIO LUÍS MOURÃO



editora
D'PLÁCIDO

ISBN 978-85-8425-866-6



9 788584 258666